

## ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL: ORIGENS E MUDANÇAS<sup>1</sup>

CLARO LUIZ DE FREITAS<sup>2</sup> e OTTO GUILHERME KONZEN<sup>3</sup>

**RESUMO** - Este trabalho tem como objetivo estudar a formação da propriedade rural no Rio Grande do Sul pela ocupação progressiva do território até o esgotamento de sua fronteira agrícola e analisar as mudanças ocorridas na estrutura fundiária entre 1967 e 1976. A análise histórica da ocupação da terra se baseia em fontes bibliográficas; para o estudo das mudanças na estrutura fundiária calcularam-se coeficientes de Gini e alterações na freqüência relativa dos diversos estratos de tamanho dos imóveis, a nível de microrregiões homogêneas. Admitindo como hipótese que a capitalização da agricultura influencia a estrutura agrária, correlacionaram-se diversas variáveis indicadoras de capitalização, com mudanças relativas nos diversos estratos de área dos imóveis. Como indicadores de capitalização consideram-se atividades específicas, tais como: mecanização, aptidão e uso do solo. A análise mostrou que, em termos gerais, ocorreu uma desconcentração fundiária no Rio Grande do Sul de 1967 a 1976, com eliminação relativa das propriedades de 500 hectares ou mais e também diminuição percentual dos imóveis. Constatou-se uma eliminação das pequenas propriedades de até 25 hectares, mais acentuada nas regiões em que a capitalização da agricultura se processou com mais intensidade, sendo esta capitalização medida pela expansão das áreas de soja.

Termos para indexação: estrutura agrária, distribuição da terra, Rio Grande do Sul, Brasil.

### LAND TENANCY OF RIO GRANDE DO SUL: ORIGINS AND CHANGES

**ABSTRACT** - The purpose of this paper is to analyze the evolution of land tenancy in Rio Grande do Sul up to the end of the period of open land availability, as well as the changes occurred in land ownership distribution during the 1967-76 period. The historical evolution of land ownership was elaborated, starting with a review of the literature. Next, the Gini indexes and the percentages represented by the different size groups of rural properties in relation to total area

<sup>1</sup> Recebido em 5 de março de 1983.

Aceito para publicação em 10 de maio de 1983.

Trabalho extraído da Tese de Mestrado em Economia Rural (IEPE/UFRS) do primeiro autor, sob a orientação do segundo.

<sup>2</sup> Eng.<sup>o</sup> - Agr.<sup>o</sup>, Mestre em Economia Rural pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da FCE/UFRS; Técnico do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) - Av. Homero da Silva, Sala 324 - CEP 90000 - Porto Alegre, RS.

<sup>3</sup> Econ. Rural, Ph.D., Professor-Adjunto do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IEPE/UFRS). Av. João Pessoa, 31 - CEP 90000 - Porto Alegre, RS.

was calculated. Numbers were computed at the level of homogeneous micro-regions for the analysis of the changes that occurred during the period under study. Testing the hypothesis that capital concentration in agriculture influences the land tenancy, several variables indicating capital concentration such as level of mechanization and soil fertility were correlated with changes in size of properties. The data indicated that in general there was a decrease in the average size of holding in Rio Grande do Sul during the 1967-76 period. The area occupied by rural properties with 500 ha or more was reduced as was that of those with 25 ha or less. It was further verified that there was a major elimination of small properties where agriculture was more intensively capitalized and that this capitalization was expressed in the expansion of the soybean areas.

**Index terms:** land tenancy, land distribution, Rio Grande do Sul, Brazil.

## INTRODUÇÃO

Todo processo de desenvolvimento implica a expansão da oferta de bens e serviços (crescimento) nos diversos setores econômicos, para atender às exigências crescentes dos níveis de consumo e investimento.

Neste contexto, é preciso que o setor primário:

- amplie continuamente a produção de excedentes na forma de alimentos e de matérias-primas destinados aos centros urbanos, e contribua para as exportações;
- proporcione condições de progresso econômico e social, com participação nos ganhos gerais do crescimento, à população que vive no meio rural e dele depende;
- preserve para gerações futuras e, possivelmente amplie e melhore os recursos naturais.

No entanto, essas atribuições de oferta, de participação setorial no progresso global e de manutenção dos recursos podem ser desvirtuadas, se a atividade agropecuária assumir um caráter de subordinação a um processo de acumulação de capital sob predominância dos setores industrial urbano e financeiro. Nestas condições, a orientação para a agricultura se volta prioritariamente no sentido da maximização da produção, ficando em plano secundário os aspectos relacionados com a conservação dos recursos naturais, bem como a renda familiar daqueles que produzem a riqueza exigida. A priorização da maximização da oferta às custas da renda familiar diminuída do produtor rural pode agravar a desigualdade de condições competitivas entre setores e entre propriedades de diferentes tamanhos dentro do setor e acarretar a pobreza e o abandono das terras. A pressão para maximização da produção pode induzir uma intensificação nociva do uso da terra, com perda gradativa de sua potencialidade futura e com prejuízos ecológicos de difícil recuperação.

Para expansão de oferta, a agricultura pode se orientar pela via extensiva, onde a terra constitui o fator fundamental de produção, ou a intensiva, na qual a terra perde posição para os demais fatores, adquirindo um caráter não essencial como meio de promover a expansão da produção. A agricultura extensiva se caracteriza pelo relativamente reduzido emprego de capital em mão-de-obra frente à disponibilidade de terra, resultando, como conseqüência, numa baixa produtividade deste último fator. Na agricultura intensiva, ao contrário, destaca-se o emprego de capital e em especial a utilização de insumos modernos; a expansão das atividades repousa menos na ampliação de área do que na absorção de novas formas de capital.

Durante um largo período da história, o processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha se processou predominantemente pela via extensiva. Foi a fase do crescimento horizontal da grande propriedade, que, a partir da ocupação inicial, se expandiu para as restantes áreas do campo ainda não apropriadas, e posteriormente incorporou pequenos imóveis localizados ao seu redor. Foi também o período de ampliação da fronteira agrícola com a criação de pequenos lotes coloniais que avançaram sobre os redutos onde se reproduziam, de forma primitiva, os habitantes originais do território (INCRA 1972).

Somente no século XX o processo de intensificação da produção agro-pecuário começou a adquirir maior expressão, destacando-se, neste sentido, as inovações tecnológicas introduzidas na produção de arroz, dentro das grandes propriedades na região sul do Estado (Rio Grande do Sul 1979). Mais recentemente, no final da década de 1960, iniciou-se um processo novo de transformação profunda na agricultura estadual, capitalizando-se a lavoura gaúcha, em nível sem precedente, na atividade agrícola, em termos de sua abrangência. Foi atingida inclusive a pequena propriedade, onde foi afastado o antigo sistema da policultura, de nível técnico pouco desenvolvido.

No entanto, a capitalização da agricultura não se processou no mesmo ritmo em todas as regiões e segmentos da produção. Fatores de ordens diversas — quantidade e qualidade da terra, acesso ao mercado e ao crédito, conhecimentos técnicos e capacidade empresarial do agricultor, entre outros — fazem com que a modernização da agricultura seja diferenciada entre propriedades, mesmo entre os produtores rurais que operam em estabelecimentos de dimensão assemelhada (Konzen & Richter 1980). Tanto nos pequenos como nos grandes imóveis rurais encontram-se situações diversificadas quanto às atividades desenvolvidas, valores da produção, produtividade e nível tecnológico empregado, dando margem a que nos vários estratos de tamanho alguns produtores acumulem capital e que outros, descapitalizando-se, possam até ser constringi-

dos a abandonar a terra. Para os pequenos agricultores, a posse da terra representa uma segurança, face ao processo de diferenciação social que permanentemente leva à proletarização um elevado número de famílias camponesas.

A presente análise da estrutura fundiária, que parte de um estudo genérico sobre a formação da propriedade da terra no estado e se completa com as mudanças ocorridas na distribuição dessa propriedade no período de 1967 a 1976, mostra, regionalmente, quais os tipos de propriedade que vêm sendo reforçados ou excluídos pelo processo de desenvolvimento do País.

### PROBLEMAS E OBJETIVOS

A mudança de orientação no desenvolvimento da agricultura, que teve na lavoura da soja a sua expressão mais acabada no Rio Grande do Sul, está trazendo implicações profundas sobre a economia rural, algumas imediatas, outras a longo prazo. Entre as primeiras, a monetarização e a mercantilização da pequena produção, que, até há pouco, se orientava basicamente para a subsistência. Outro reflexo foi a mudança radical da base técnica da exploração, com o uso intenso de insumos modernos e da mecanização da lavoura, comprometendo, em alguns casos, a rentabilidade das unidades de produção, a conservação dos solos e do ambiente natural e as oportunidades de emprego de parte da mão-de-obra local.

Apesar da abrangência do fenômeno da capitalização da lavoura, muitos agricultores ficaram à margem desse processo, sendo beneficiados por ele, fundamentalmente, os médios e grandes proprietários, pelo fato de operarem em escalas de produção mais adequadas à tecnologia disponível. As rendas auferidas pelos produtores que cresceram economicamente puderam ser investidas, ao menos em parte, na ampliação de suas áreas exploradas, através de compras ou arrendamentos de mais terra. Um processo dessa natureza pode agir como mecanismo de expropriação, por meios econômicos, de pequenos produtores que, não conseguindo elevar suas rendas inicialmente, ficam impedidos de capitalizar-se, e, com isto, de se apropriarem de novas áreas de terra. Permanecendo nessas condições, também não alcançam as vantagens de escala que outros conseguem captar.

É preciso considerar que a posse da terra pode constituir-se em importante fator de manutenção de privilégios e que ela representa, em geral, um elemento de segurança para seus proprietários. No caso de grandes proprietários, alia-se ao aspecto de segurança o privilégio de poderem obter renda elevada da terra, tanto pela sua cedência a outros

produtores quanto pela exploração através de contratação de mão-de-obra. Para os pequenos agricultores, a terra assegura os meios de sobrevivência alcançada pelo trabalho de mão-de-obra da família.

Pela dinâmica do sistema capitalista, nem todos os produtores manterão a propriedade da terra que exploram. Sabe-se que as atividades agrícolas, em geral, apresentam escalas de produção mais rentáveis dentro de determinados intervalos de superfície e que esta escala se ajusta a mudanças no nível técnico de exploração. Nestas condições, as unidades produtivas com área inferior ao limite mínimo estão em desvantagem às demais e podem estar enfrentando dificuldade de continuar operando, quando outras alcançam remunerações satisfatórias aos seus fatores e continuam se expandindo. Com isto, permanecem as mais eficientes, que, inclusive, tendem a avançar sobre as áreas das primeiras.

Há, no entanto, um forte motivo que determina a resistência da pequena unidade de produção à tendência do avanço das unidades tecnicamente mais eficientes. É que, para que se realize a pequena produção familiar, não é necessário, ao contrário da condição normal da produção capitalista, que o preço de mercado seja suficientemente alto para proporcionar o lucro médio. O limite é fixado pela renda (monetária ou não) que o agricultor paga a si e a sua família, freqüentemente reduzida a um mínimo vital. Assim, as pequenas unidades de produção familiar podem manter-se onde a empresa capitalista recua (Silva 1978).

A modernização que se verificou em algumas atividades deu margem à ampliação da acumulação de capital no setor, permitindo, inclusive, o surgimento de unidades de produção relativamente grandes em propriedades de dimensões reduzidas. O capital acumulado pode ser investido na ampliação da escala de produção, seja através do aumento da área, seja pela introdução de inovações tecnológicas. Na compra de terra coloca-se a melhor alternativa quando a renda fundiária supera a taxa de lucro do capital de exploração ou quando a ampliação da área da unidade de produção contribui para adequar a composição técnica do capital.

Nas regiões onde a potencialidade física da terra é adequada para o desenvolvimento da lavoura mecanizada, a concorrência pela posse da terra entre pequenos agricultores excluídos do processo de modernização e produtores maiores que vêm acumulando capital tende a ser vencida por estes últimos, resultando na eliminação de pequenas unidades familiares. Se a potencialidade física da terra onde se localizam os pequenos imóveis for mais baixa, e, ainda, se a atividade predominante das regiões for de estabelecimentos grandes com exploração extensiva, a competição pela posse das áreas ocupadas pelas pequenas unidades familiares não tem justificativa econômica. Pelo contrário,

a permanência dessas pequenas propriedades de baixa renda pode ser conveniente para os grandes estabelecimentos da região, como fonte fornecedora de mão-de-obra barata.

De modo geral, o desenvolvimento da agricultura gaúcha se realizou através da transformação dos processos produtivos do latifúndio pastoril e da pequena propriedade familiar. Teoricamente se espera no caso da modernização do latifúndio, que os proprietários tenderiam a intensificar o uso da terra, aumentando seu capital de exploração sempre que o lucro decorrente da exploração produtiva superasse a renda fundiária. No segundo caso, os pequenos agricultores, face à necessidade de ampliar sua escala de produção, tenderiam a comprar terra sempre que o preço do arrendamento excedesse a taxa normal de lucro do capital de exploração.

Em suma, admite-se que é o processo de acumulação de capital que rege as mudanças na posse da terra. Respeitadas as limitações dadas pela aptidão agrícola dos recursos naturais, mantêm ou ampliam sua importância na configuração da estrutura agrária aqueles imóveis onde é possível acumular capital. Ao contrário, onde esta não ocorre, a tendência esperada é a do seu desaparecimento.

### **Problema específico**

Partindo-se, portanto, do fato de que a estrutura agrária está estreitamente relacionada com o processo de desenvolvimento da agricultura, o problema enfocado pelo presente trabalho se refere à indagação de:

- a. até que ponto modificaram-se as características da estrutura agrária das diversas microrregiões homogêneas em relação ao início da ocupação da terra; e
- b. que mudanças estruturais ocorreram nas diversas microrregiões homogêneas no período de 1967 a 1976, dentro do contexto da expansão substancial da soja, como produto típico de exportações, induzindo tecnologia avançada e mecanização.

### **Objetivo**

Como objetivo geral, pretende-se estudar a evolução da estrutura agrária do Rio Grande do Sul associando estas mudanças ao caráter extensivo ou intensivo de desenvolvimento agropecuário.

Especificamente, objetiva-se:

- a. apresentar uma síntese do processo da formação histórica de ocupação da terra e da formação das propriedades nas diversas microrregiões homogêneas;

- b. quantificar as mudanças ocorridas na distribuição da propriedade da terra no período de 1967/76 e verificar a que variáveis essas mudanças estão associadas.

### SÍNTESE DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DA PROPRIEDADE

A análise da formação da estrutura agrária no Rio Grande do Sul, que abrange o período compreendido entre a ocupação do território pela Coroa Portuguesa e o esgotamento da fronteira de posse da terra ocorrido entre 1940 e 1950, visa uma melhor compreensão da problemática atual da distribuição da propriedade da terra.

#### O sistema inicial de ocupação da terra

A preocupação em fixar as fronteiras meridionais da Colônia, por parte da Coroa Portuguesa, se deu depois da restauração, em 1640. Procurou, assim, a Coroa, estabelecer sua soberania no grande vazio que separava as duas nações, e que se estendia desde a Capitania de São Vicente até Buenos Aires. A intenção da Coroa Portuguesa era a de fazer do rio da Prata uma fronteira natural. Com este objetivo, começou, em 1676, a outorga de capitanias nas terras do Sul, até a foz do rio da Prata.

A extremidade sul do território, hoje Rio Grande do Sul, permaneceu, por um longo período após o início do povoamento da Colônia, isolada dos centros de decisão, localizados na Bahia e Rio de Janeiro. Somente no final do século XVII, com o início da atividade mineradora em Minas Gerais, a região sulina entrou na história política e administrativa da Colônia. Até este período, "tratava-se de uma área deserta... e por isso mesmo ninguém se preocupou em fixar aí o local onde se tocavam as concessões espanholas e portuguesas" (Prado Junior 1970).

Com a descoberta das jazidas de Caeté (1693), Itaberaba (1694) e Ouro Preto (1700), apareceu, pela primeira vez na vida colonial, o "mercado interno", sendo que o "mecanismo de irradiação de efeitos adquire uma extraordinária intensidade e atinge quase toda a extensão territorial da Colônia. O aparecimento do mercado transforma em mercadorias o que a região sulina possui como bem natural, os seus rebanhos; confere-lhes um valor compatível com a necessidade de deslocamento; e, em consequência, quebra o isolamento imposto pela distância" (Sodré 1967).

O rebanho bovino fora introduzido pelos Jesuítas, que, já em 1609, circulavam por diversas regiões do atual Estado do Rio Grande do Sul. A expansão dos rebanhos passou a interessar grupos paulistas, que se deslocaram para o Sul, fundando Laguna (1676) e São Francisco (1660). A esse grupo paulista não interessava, na ocasião, a posse da terra. Bastava a existência das invernadas para agrupar temporariamente os animais criados soltos, preparando-se para as longas jornadas rumo ao Centro-Sul da Colônia.

No final do século XVII, convergem para a área do Rio Grande do Sul, além dos paulistas, dois movimentos partidos do Exterior: dos portugueses, que, com tropas regulares, fundam a Colônia do Sacramento, em 1680; e dos Jesuítas, que retornam à região das Missões em 1687. O deslocamento de tropas regulares portuguesas visou concretizar a política de expansão da Colônia na direção sul. Para socorrer a Colônia do Sacramento, principalmente por terra, face ao isolamento em que ela se encontrava, a Corte de Lisboa ordenou ao governador do Rio de Janeiro a fundação de um presídio militar junto ao porto de São Pedro do Rio Grande, o que se concretizou em 1737. Desta forma, a ocupação do território rio-grandense pela Coroa de Portugal fez-se, inicialmente, por militares e por medidas estratégicas.

Para entrar na posse efetiva da terra, Portugal procurou fixar famílias na região. Com esse objetivo, concedeu, em 1732, as primeiras sesmarias. Simultaneamente, procurou trazer algumas famílias de colonos. O recrutamento dos colonos foi feito, inicialmente, nas Ilhas dos Açores, entre camponeses que emigravam em grupos familiares, aqui chegando ao redor do ano de 1750. A estes agricultores foram distribuídos lotes de 1/4 de légua em quadro — aproximadamente 270 ha — considerados pequenos naquela época, se comparados com a dimensão das sesmarias, que mediam três léguas de comprimento por uma légua de largura (13.068 ha).

O estabelecimento da propriedade privada da terra, individual, começou, desta forma, na metade do século XVIII e de maneira altamente concentrada e desigual. Criaram-se dois tipos de propriedade: a dos açorianos (pequenas) e das estâncias (sesmarias); as primeiras, de lavoura; e as segundas, de pecuária. Até então, o sistema de posse vigente era o adotado pelos Jesuítas, e que se baseava na posse comunitária e indivisível da terra. Todo o solo pertencia à comunidade (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária 1972).

Os açorianos se localizaram, inicialmente, nos atuais municípios de Porto Alegre, Viamão, Rio Grande, Rio Pardo e Triunfo, cultivando principalmente o trigo e a vinha e criando pequenos animais, como em suas terras de origem. Com a invasão espanhola de 1756, houve a disper-



são dos núcleos iniciais de açorianos, dirigindo-se seus habitantes para Taquari, Santo Antônio, Mostardas e Cachoeira. Nas propriedades dos açorianos, o trabalho escravo era raro, predominando a força de trabalho familiar. A importância deste sistema de propriedade foi pequena, mesmo dentro da região meridional, onde o que contará são as grandes estâncias de criação de gado, localizadas no interior, principalmente na fronteira. Esta primeira tentativa de desenvolver a pequena propriedade no Estado desvirtuou-se, no espaço de tempo de uma geração. A abundância de terras desocupadas e a facilidade de distribuição de grandes áreas pelo regime das sesmarias fizeram com que os ilhéus passassem a reivindicar mais terras e se ocupar na criação extensiva de animais.

### **A formação da grande propriedade**

A organização econômica estável do Rio Grande do Sul foi protelada pelas guerras incessantes, que se prolongaram até 1777. Mas, apesar delas, o gado bovino se foi multiplicando rapidamente. Estabeleceram-se, então, as primeiras estâncias regulares, sobretudo na fronteira, onde, em razão das guerras, se concentrou a população constituída principalmente por miliares e guerrilheiros. Foram distribuídas propriedades em larga escala, pois Portugal queria consolidar a posse da terra, até então garantida somente pelas armas.

O sistema de distribuição utilizado foi o das sesmarias, que consistia na doação de terras por parte da Coroa àqueles que desejassem nelas se estabelecer. A abundância de terras permitiu que fosse desconsiderado o preceito das ordenações do Reino, que proibiam que se desse a uma pessoa mais terras do que as que pudesse aproveitar (Santos 1976). "Eram numerosos os pedidos de concessão por parte de antigos aventureiros, lavradores desiludidos (açorianos) e principalmente de miliares que se afastavam das funções para se tornarem fazendeiros. Para tanto bastava escolher o terreno e estabelecer-se nele com a construção de um rancho e algumas cabeças de gado e depois solicitar a posse". Era comum a posse da terra e posterior venda de seu título legítimo. "É assim que das 841 propriedades existentes em 1785, apenas 41 eram sesmarias régias legitimamente concedidas; 536 possuíam título precário (autorização do governo ou comandante militar) pois estavam com papéis encaminhados para legitimar o título de posse, e havia propriedades cujos ocupantes não possuíam documento algum" (Santos 1976).

As irregularidades se multiplicavam. Várias pessoas de uma mesma família receberam sua sesmaria, resultando em propriedades familiares de 15 a 18 léguas (65.340 a 78.400 ha). "Um homem que tinha a proteção do Governo tirava uma sesmaria em seu nome, outra em nome de

seu filho mais velho, outra em nome do filho e filha que estavam no berço: e deste modo há casos de quatro e mais sesmarias" (Prado Junior 1970).

Face às irregularidades, o Vice-Rei Luiz de Vasconcelos determinou a realização de tombamento das terras na província, que foi efetuado entre 1784 e 1785. Os resultados desse tombamento constam da Tabela a seguir:

**TABELA 1. Distribuição da propriedade no RS. 1785.**

Grupos de área	N. <sup>o</sup> de estab.	%	Área ocupada (ha)	%
20	53	6,30	111	0,00
20 - 50	2	0,24	86	0,00
50 - 100	22	2,62	1.531	0,03
100 - 200	3	0,35	397	0,01
200 - 500	177	21,05	46.379	0,92
500 - 1.000	36	4,28	24.380	0,48
1.000 - 5.000	232	27,59	626.980	12,42
5.000 - 10.000	143	17,00	1.173.941	23,25
10.000 - 20.000	151	17,95	2.029.435	40,19
20.000	22	2,62	1.145.628	22,69
<b>Total</b>	<b>841</b>	<b>100,00</b>	<b>5.048.868</b>	<b>100,00</b>

Fonte: (Santos 1976).

Os dados revelam que cerca de 30 anos após o início da formação da propriedade individual da terra, estava apropriado cerca de 25% do atual território gaúcho. Na ocasião era inexpressiva a participação dos estabelecimentos de até 500 ha (que incluía os lotes distribuídos aos açorianos) na área ocupada, não chegando a 1% de seu total. No entanto, estes estabelecimentos perfaziam cerca de 30% do número de propriedades. De outro lado, as propriedades com mais de 5.000 ha representavam 36,85% do número de estabelecimentos e 86,15% do total da área ocupada.

#### **O desenvolvimento da pequena propriedade**

A valorização da terra, em meados do século XIX, dado o surgimento de um novo ciclo exportador, no centro do País, o da cultura do café, determinou uma redefinição da política de terras. Esta se configurou na denominada Lei de Terras, de 1850.

Essa lei instituiu, juridicamente, uma nova forma de obtenção da propriedade da terra, a que é mediada pelo mercado. Seu objetivo era di-

ficultar o acesso à terra aos trabalhadores, como se deduz da Consulta de 08.08.1842 da Secção do Império, que declara: "um dos benefícios da providência que a Secção tem a honra de propor a Vossa Majestade Imperial é tornar mais custosa a aquisição de terra... Como a profusão em datas de terra tem outras causas, contribuindo para a dificuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres, é seu parecer que agora em diante sejam as terras vendidas, sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se, conseqüentemente, o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário" (Guimarães 1968).

A ocupação das terras através de imigrantes que se estabelecessem na condição de pequenos proprietários encontrou o interesse e o estímulo dos governos das Províncias, que procuraram solucionar os problemas de povoamento de seus territórios desertos e fomentar as atividades econômicas. Em 1822, Gonçalves Chaves reclamava, ao referir-se à decadência da produção de trigo iniciada no século anterior pelos açorianos: "estamos gastando alguma farinha que os americanos trazem e pelo dinheiro que querem" (Guimarães 1968).

Em 1824, chegaram os primeiros casais de colonos alemães, localizando-se em São Leopoldo. Embora com breves interrupções, decorrentes da má-vontade que tinha para com ela a camada politicamente mais ativa dos grandes proprietários de terra, ampliou-se a corrente migratória, indo ocupar as áreas localizadas em torno das margens dos rios Caí, Sinos e Taquari.

Com os colonos alemães se iniciou a ocupação de terras acidentadas e cobertas de mata, que permaneciam abandonadas visto não serem adequadas para o sistema utilizado de criação de gado que predominava em termos quase que absolutos no território gaúcho. Aos colonos eram destinados lotes de 25 e 50 ha.

A massa dos imigrantes alemães se constituía de agricultores e artesãos. Os primeiros procuravam migrar, face à grande pressão sobre a terra já existente em suas regiões de origem. Já os artesãos abandonavam sua pátria para evitar a proletarização iminente, em virtude da incipiente industrialização da Europa Ocidental.

Num regime de economia camponesa baseada no trabalho familiar, as atividades iniciais dos imigrantes tinham como objetivo o atendimento das necessidades vitais: alimentação, moradia e vestuário, obtidas fundamentalmente na própria unidade de produção e complementadas pela simples troca de produtos excedentes em relação às necessidades familiares.

A primeira fase da colonização estrangeira se encerrou em 1830, quando foi sustada a corrente migratória. Nesse período de seis anos

entraram na Província 4.856 imigrantes (Guimarães 1968):.

A despeito de todas as dificuldades, a colonização baseada na pequena propriedade foi uma experiência bem sucedida, sendo reproduzidas iniciativas semelhantes noutros pontos da Província. Depois da colônia de São Leopoldo, vieram as de São João das Missões, Torres e Três Forquilhas.

Numa segunda fase, que se inicia após 1848, novas colônias se formaram, entre elas a de Santa Cruz, as das margens dos rios Caí e Taquari, São Lourenço e Santo Ângelo.

Este início de colonização recebeu incentivo do Governo da Província, criando-se legislação para facilitar o transporte, introdução e estabelecimento dos colonos.

No entanto, em 1864 anunciava-se na Província o fim das subvenções às colônias de proprietários. E desta forma, quando se iniciou a chegada dos colonos italianos, em 1874, as condições que tiveram que enfrentar foram muito adversas. O isolamento a que estavam submetidos e os poucos recursos de que dispunham fez com que muitos abandonassem seus lotes, procurando trabalho na construção de estradas (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária 1973).

Quando a urbanização passou a exigir volumes crescentes de produtos de alimentação, as pequenas propriedades coloniais foram se expandindo horizontal e verticalmente. Isto é, enquanto a existência de terras devolutas permitia o alargamento da fronteira agrícola para situar as novas levas de imigrantes que aqui aportavam, processou-se a expansão geográfica da pequena propriedade. Ao mesmo tempo, ampliava-se internamente a produção nas propriedades anteriormente constituídas.

Ao final do século XIX já se fazia sentir uma forte pressão sobre a terra nas colônias inicialmente estabelecidas. A existência de terras devolutas na região do Alto Uruguai permitiu ao Governo expandir a fronteira agrícola. Em 1913 foram publicados na imprensa editais que colocavam à venda as terras devolutas ali localizadas para serem divididas em pequenos lotes, seguindo o modelo de distribuição anteriormente adotado nas regiões coloniais.

Nesta região, "como havia possibilidade de uma mesma família adquirir mais de um lote, não raro encontramos propriedades nas zonas mais novas com 50 ou, ainda, 75 hectares" (Bernardes 1963).

No Alto Uruguai, o povoamento pelos colonos começou nas terras onduladas do Planalto, quer nos pinhais (Erexim), quer na mata latifoliada, descendo pelos vales até atingir as encostas acidentadas do Rio Uruguai e de seus afluentes. A ocupação destas terras se apoiou nas colônias estabelecidas pelo Serviço Estadual de Terras: Erexim

(1908), Santa Rosa (1915) e Guarita (1917). Estas colônias tiveram a função de clareiras na mata virgem, a partir das quais o processo ocupacional foi impulsionado em todas as direções, estabelecendo a junção entre os núcleos iniciais (Bernardes 1963).

A progressão das colônias no Alto Uruguai, última região a ser ocupada, cessou onde começavam os campos. "Em algumas áreas, principalmente no município de Palmeira das Missões, na faixa meridional da floresta onde a erva-mate era abundante, já se antecipara o povoamento pelos ervateiros em grandes propriedades. Mas, casos como estes, de acordo com Bernardes (1963), não foram comuns, afirmando ainda esse autor que houve estreita relação entre o tipo de vegetação e a forma de ocupação, já que quase a metade do Planalto é coberto por campos, e aí no sul não se estendeu a atividade agrícola, pois já se implantara a criação de gado" (Bernardes 1963)..

A ocupação do território do Rio Grande do Sul completou-se entre 1940 e 1950. Em trabalho redigido em 1955, relata-se que "já de uns dez anos para cá, não há, oficialmente, terras devolutas do Estado. As terras florestais ainda não ocupadas pela pequena propriedade colonial correspondem a alguns trechos de pinhais possuídos por empresas madeireiras, as quais, de acordo com a orientação que vem sendo seguida, terminada a extração, dividem as terras em lotes para venda aos agricultores" (Bernardes 1963).

### EVOLUÇÃO RECENTE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A análise da estrutura agrária gaúcha e sua mudança de 1967 a 1976 se baseia nos dados sobre imóveis rurais, conforme as declarações de seus proprietários nos cadastramentos promovidos pelo INCRA. Em se tratando de imóveis, não se tem uma dimensão exata do grau de concentração da propriedade da terra, uma vez que um mesmo proprietário pode possuir mais de um imóvel rural, os quais se constituem em unidades individualizadas nas estatísticas cadastrais do INCRA.

#### Visão global da evolução fundiária

A concentração da propriedade da terra mantém-se elevada, no RS, tendo sua origem no processo de ocupação do território.

Os dados revelam que os imóveis com menos de 10 ha, que representavam, em 1967, 35,86% do número total de imóveis rurais, ocupavam somente 3,98% da área total cadastrada. De outro lado, os imóveis de

mais de 500 ha, que constituíam apenas 1,4% dos imóveis cadastrados nesse ano, ocupavam 40,17% da área total do Estado (Tabela 2).

De 1967 a 1976, constatam-se algumas modificações. A área média passou de 46,8 ha para 45,2 ha. Os imóveis de menos de 10 ha representam, neste último ano, 32,65% dos imóveis, e ocupam 3,59% da área cadastrada. Enquanto isto, os imóveis de mais de 500 ha perfazem 1,37% do número total de prédios rústicos e ocupam 37,40% da área total. Assim, houve uma leve redução da participação dos imóveis pequenos e grandes, tanto em relação ao número como à área ocupada, aumentando, como conseqüência, a importância dos estratos intermediários na configuração da estrutura agrária do Estado.

Os índices de Gini (Tabela 3), calculados para 1967 e 1976, confirmam que as alterações ocorridas no período foram reduzidas, tanto para o total do Estado quanto a nível de microrregião homogênea. Mas estas mudanças mostram, em geral, valores decrescentes do coeficiente de Gini, indicando um processo incipiente de decréscimos, com um aumento relativo dos imóveis situados nos estratos intermediários. Outra indicação dos coeficientes é que a concentração apresenta diferenças significativas entre microrregiões. As regiões de maior concentração em 1967 — MRS 11, 14, 01, 08, 15 (coef. Gini > 0,75) e MRS 12, 16, 13, 24, 09, 10 e 21 (0,75 > coef. Gini > 0,70) — incluem as regiões onde a forma predominante da distribuição das terras foi a do regime de sesmaria e as áreas de pastagem natural para as quais avançou a atividade pecuária no século XIX.

De outro lado, as MRS 17, 05, 06, 18, 19, 02, 22 e 04, de concentração menor (coef. Gini < 0,50), correspondem às de colonização feita por imigrantes europeus durante o século XIX e ocupação das terras novas do final do século passado e primeiras décadas do atual. Confirma-se, portanto a influência do processo de ocupação da terra na estrutura atual.

Nessa Tabela 3, constata-se, facilmente, a predominância das desconcentrações sobre os casos de aumentos de concentração de 1967 a 1976.

Mas não há uma correlação definida, entre o coeficiente de Gini em 1967, e sua variação ocorrida no período  $r = 0,04$ . No entanto, quando as MRS são divididas em dois grupos — o primeiro, formado pelas regiões de concentração mais fraca (Gini < 0,5), e o outro, de concentração maior (Gini  $\geq$  0,7) —, constataram-se modificações mais definidas. No primeiro grupo, a correlação encontrada foi negativa, embora fraca ( $r = -0,218$ ). No segundo grupo, a correlação foi mais elevada e positiva ( $r = 0,439$ ). Estes coeficientes, associados à predominância das variações negativas na concentração, indicam que no primeiro

TABELA 2. Distribuição e mudanças na distribuição dos imóveis rurais do Rio Grande do Sul, por classes de área, 1967-1976.

Classes de área (em ha)	Distribuição (%) por estratos				Variações relativas 1967 a 1976			
	N.º imóveis		Área		N.º imóveis		Área	
	1967	1976	1967	1976	Pontos perc.	Em perc.	Pontos perc.	Em perc.
0-10	35,86	32,65	3,98	3,59	-3,31	-8,95	-0,39	-9,80
10-25	38,11	37,92	13,88	13,37	-0,19	-0,49	-0,51	-3,67
25-50	13,86	16,73	10,45	12,22	2,87	20,71	1,77	16,94
50-100	5,69	6,15	8,54	9,28	0,46	8,08	0,74	8,67
100-200	2,87	2,99	8,66	9,19	0,12	4,18	0,53	6,12
100-500	2,14	2,19	14,32	14,95	0,05	2,34	0,63	4,40
500+	1,47	1,37	40,17	37,40	-0,10	-6,80	-2,77	-6,70
Total absoluto	530.671	543.330	24.825.085	24.579.917	0	-	0	-

Fonte: INCRA: Estatísticas Cadastrais, 1967 e 1976.

TABELA 3. Evolução dos índices de Gini, de 1967 para 1976.

MR	1967	1976	Variação 1976 - 1967
01	0,753	0,739	- 0,014
02	0,448	0,464	+ 0,016
03	0,699	0,692	- 0,007
04	0,458	0,437	- 0,021
05	0,393	0,386	- 0,007
06	0,407	0,391	- 0,016
07	0,505	0,476	- 0,029
08	0,774	0,760	- 0,014
09	0,714	0,697	- 0,017
10	0,710	0,690	- 0,020
11	0,784	0,802	+ 0,018
12	0,745	0,748	+ 0,003
13	0,732	0,714	- 0,018
14	0,782	0,780	- 0,002
15	0,774	0,757	- 0,017
16	0,742	0,717	- 0,025
17	0,343	0,335	- 0,008
18	0,432	0,427	- 0,005
19	0,438	0,424	- 0,014
20*	0,497	0,565	+ 0,068
21	0,702	0,689	- 0,013
22	0,455	0,428	- 0,027
23	0,624	0,602	- 0,022
24	0,727	0,706	- 0,021
RS	0,737	0,724	- 0,013

Fonte: INCRA; Estatísticas Cadastrais, 1967 e 1976.

\* Os dados apresentam inconsistência.

grupo, de ocupação colonial, as regiões de concentração mais elevada em 1967 desconcentravam mais do que as outras; no outro grupo, formado pelas microrregiões com concentração fundiária mais alta, houve, também, desconcentração, mas as regiões mais concentradas em 1967 desconcentraram menos até 1976.

Em termos globais, conclui-se estar em ação um processo de desconcentração fundiária, embora pouco expressiva. Entre as microrregiões há diferenças, tanto no grau de concentração quanto no seu processo de mudança. Cabe, por isso, estudar, dentro das microrregiões, quais as classes de área e, conseqüentemente, os grupos de imóveis que tiveram aumentada ou diminuída a sua participação.



### Mudanças a nível desagregado

A nível de microrregião homogênea, as tendências mostradas no período, na apropriação da terra, são diversificadas. Os padrões de comportamento dessas tendências podem ser observados na Tabela 4,

**TABELA 4. Tendências das mudanças da ocupação da terra pelos imóveis rurais segundo as classes de área, por microrregião homogênea no período 1967/1976.**

Microrregiões	Classes de área - ha						
	-10	10-25	25-50	50-100	100-200	200-500	500+
20	-	-	+	-	0	+	+
22	-	-	+	+	+	-	+
15	-	-	+	+	+	+	-
16	-	-	+	+	+	+	-
21	-	-	+	+	+	+	-
24	-	-	+	+	+	+	-
19	-	-	+	+	0	+	-
18	-	-	+	+	+	-	-
17	-	-	+	+	+	-	-
23	-	-	+	+	+	-	-
5	-	-	+	+	+	-	-
10	-	+	+	+	-	-	-
11	0	+	+	+	-	-	-
7	-	+	+	+	-	-	-
4	-	+	+	-	+	0	-
12	-	+	+	+	0	0	-
6	-	+	0	-	-	-	+
2	-	+	-	-	+	-	-
1	+	+	+	+	-	0	-
8	+	+	+	+	+	0	-
9	0	+	+	+	+	+	-
13	+	+	+	+	+	+	-
14	+	+	+	+	+	+	-
3	-	0	+	-	+	-	+

Fonte: INCRA: Estatísticas Cadastrais, 1967 e 1976.

onde os sinais -, + e 0 indicam, respectivamente, redução, acréscimo ou variações inferiores a 1% da área ocupada pelos imóveis das distintas classes de área no decorrer do período 1967/76.

Pela análise das tendências pode-se dividir as regiões em seis grupos, de acordo com o comportamento da concentração da terra e a eliminação de propriedades dos diversos estratos de área.

O primeiro grupo compreende as microrregiões 15, 16, 19, 20, 21, 22 e 24, onde a tendência de mudança da estrutura agrária mostrou a redução relativa das propriedades de até 25 ha e a concentração da terra nos imóveis entre 25 e 500 ha, com exceção das microrregiões 20 e 22, onde a concentração se deu também nas grandes propriedades de mais de 500 ha.

O segundo grupo, que é integrado pelas microrregiões 5, 17, 18 e 23, é caracterizado pela diminuição da área ocupada pelos imóveis de até 25 ha e de mais de 200 ha, concentrando-se a terra nos imóveis de tamanho intermediário.

Estes dois grupos têm em comum a característica da eliminação de imóveis pequenos com área inferior a 25 ha, diferenciando-se no que se refere à amplitude dos estratos onde a terra retirada dos pequenos proprietários se incorporou. A diferença pode-se explicar, pelo menos em parte, pelo processo de ocupação da terra. Enquanto no primeiro grupo predominam microrregiões onde a formação da propriedade se realizou através da posse de grandes áreas e em cima da expansão da pecuária, no segundo, a propriedade decorreu, mais freqüentemente, da distribuição de lotes coloniais. Ou seja, neste segundo, a participação das grandes propriedades na distribuição da terra é relativamente menor que no primeiro grupo.

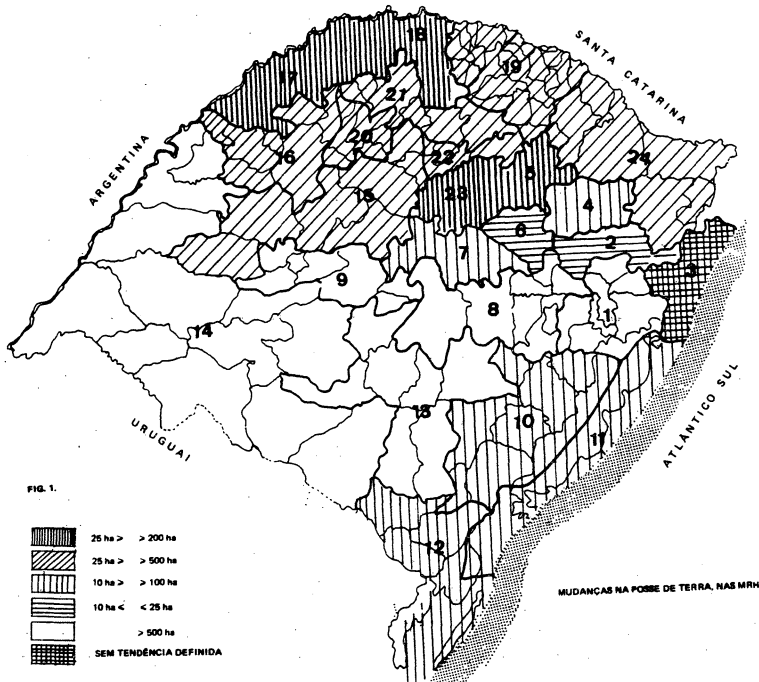
O terceiro grupo, que abrange as microrregiões 4, 7, 10, 11 e 12, caracteriza-se pela concentração da terra nos imóveis entre 10 e 100 ha, a partir da redução das áreas ocupadas pelos pequenos imóveis de menos de 10 ha e das médias e grandes propriedades de mais de 100 ha.

O quarto grupo compreende as microrregiões 2 e 6, que têm em comum a concentração da terra na classe de área de 10 a 25 ha, reduzindo-se, de um modo geral, as áreas ocupadas pelos imóveis dos demais estratos.

Incluem-se no quinto grupo as microrregiões 1, 8, 9, 13 e 14, que se caracterizam pela redução apenas da área ocupada pelos imóveis de 500 ha e mais, tendo crescido a participação das demais classes de tamanho na apropriação da terra, inclusive a de menos de 10 ha.

A MRH 3 se constitui uma unidade a parte, por não apresentar uma tendência que pudesse se incluir nos grupos formados.

Na Fig. 1, pode-se visualizar as tendências constatadas nas diversas microrregiões homogêneas.



## DETERMINANTES ECONÔMICAS DAS MUDANÇAS NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

### Tamanho dos imóveis e capitalização

A redução da participação dos imóveis de menos de 10 ha, dada a sua generalização em todo o Estado, atesta uma viabilidade econômica limitada dessas unidades de produção ou, ao menos, uma desvantagem relativa a estabelecimentos maiores. Há uma tendência clara de sua desagregação e absorção por unidades de produção de escala mais avolumada. Este fato reflete sobre o emprego rural nesse grupo.

Verificou-se, entre os censos agropecuários de 1970 e 1975, segundo os dados do IBGE, uma redução da participação do pessoal ali ocupado, que em sua quase totalidade são classificados na categoria de responsável e membros não remunerados da família. A redução foi de 28,1% para 26,4% em relação aos respectivos totais. Houve uma redu-

ção, portanto, de 6,4% do pessoal ocupado no período de apenas 5 anos da participação do grupo, relativamente à proporção que representava na ocupação da força de trabalho no primeiro censo.

Os agricultores responsáveis por estes reduzidos imóveis rurais encontram-se, em média, na situação de um nível de renda inferior ao mínimo exigido para sua manutenção, o qual se pode constituir no limite de sua resistência para o não-abandono de sua atividade profissional. Cálculos realizados a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1975 revelam que, nestas unidades de produção, a Renda Bruta alcançada é insuficiente para remunerar ao nível de um salário-mínimo regional, todas as pessoas de família de mais de 14 anos, ocupadas nas atividades produtivas do estabelecimento (Tabela 5). A Renda Bruta se define, neste caso, pela diferença entre o Valor Bruto da Produção e as Despesas, conforme especificação do Censo. Constitui-se, portanto, num agregado que deveria remunerar o trabalho familiar não pago, a depreciação e os juros imputados sobre o capital próprio do agricultor. Desta forma, os produtores deste grupo de estabelecimentos, além de estarem, em média, deprimidos por um nível precário de consumo, dispõem de possibilidades muito limitadas de acumular capital para com isto ampliar suas atividades.

No que se refere aos pequenos imóveis, de 10 a 25 ha, observou-se que permaneceu praticamente estável sua participação. São imóveis onde são reduzidas as possibilidades de uma acumulação de capital que permitisse a ampliação de suas superfícies físicas necessárias na maioria dos casos para elevar a base técnica das explorações e o nível de renda. No entanto, sua dimensão permite, aos seus detentores em geral, a obtenção daquele mínimo de produção capaz de mantê-los na condição de pequenos agricultores. A impossibilidade legal de fracionamento dos imóveis rurais em parcelas inferiores ao módulo ou à fração mínima de parcelamento fortalece a tendência de estabilização do grupo e limita também o desmembramento dos imóveis do grupo superior que possuem áreas que se situam no entorno daqueles parâmetros legais.

No que tange aos imóveis de 25 a 50 ha, que foram os que apresentaram maiores ganhos de participação em relação ao número total de imóveis, este crescimento pode decorrer, em primeiro lugar, de se constituírem em imóveis pequenos, mas onde é possível usar eficientemente técnicas melhoradas. Em segundo lugar, pode estar influenciado pela limitação legal ao fracionamento para a grande maioria dos imóveis do grupo, que tem como limite superior uma área inferior a dois módulos médios. A legislação que regulamenta a subdivisão de imóveis rurais torna esta classe de área o piso do processo de parcelamento das propriedades no Estado.

TABELA 5. Renda bruta em salários-mínimos por pessoa da família de mais de 14 anos ocupada nos estabelecimentos rurais segundo as classes de área, 1975.

Classe de área-ha	Valor bruto da produção (média Cr\$)	Despesas médias Cr\$	Renda bruta média Cr\$	Renda bruta em salários-mínimos (1)	N.º de pessoas da família de mais de 14 anos ocupados	Renda bruta em salários-mínimos/pessoa ocupada
Menos de 10	14.512	4.787	9.725	1,64	2,03	0,81
de 10 a menos de 20	26.693	8.170	18.523	3,12	2,58	1,21
de 20 a menos de 50	41.389	16.085	25.304	4,26	3,11	1,37
de 50 a menos de 100	70.896	38.194	32.702	5,51	3,09	1,78
de 100 a menos de 200	129.120	81.998	47.122	7,94	2,51	3,16
de 100 a menos de 500	241.972	157.784	84.188	14,19	2,12	6,69
de 500 e mais	602.384	352.703	249.681	42,08	1,96	21,47
Total	47.383	22.723	24.666	4,16	2,50	1,66

Fonte: Fundação IBGE. Censo Agropecuário, 1975.

(1) 1 Salário mínimo mensal = Cr\$ 494,40

Desta forma, o grupo, sendo realimentado pelo parcelamento de imóveis de grupos superiores, restritamente sofre vasamentos por subdivisões dentro de seus limites.

É necessário, ainda, considerar a possibilidade de tecnificação e de acumulação de capital de alguns elementos dentro do grupo, dando margem a que possam continuar reproduzindo-se numa agricultura familiar ou até ampliar suas atividades transformando-se em pequenos ou médios produtores empresariais.

Os grupos de imóveis com áreas entre 50 e 500 ha mostraram também crescimento de sua participação no período, os quais são menores na medida em que cresce o tamanho.

Constatarem-se, portanto, no período estudado, mudanças estruturais caracterizadas pela concentração da propriedade da terra nos imóveis médios a partir do processo de subdivisão dos grandes imóveis de mais de 500 ha e da absorção de terras antes pertencentes a pequenos proprietários, com imóveis de área inferior a 25 ha.

#### **Capitalização da agricultura e mudanças na estrutura agrária**

Pressupondo que a capitalização da agricultura influencia a estrutura agrária, correlacionaram-se diversas variáveis, indicadoras de capitalização com mudanças relativas nas diversas classes de área dos imóveis rurais. Foram tomadas como unidades de observação as MRS homogêneas do Estado, e as mudanças se referem ao período de 1967 a 1976; para alguns dados, comparou-se a situação de 1970 com a de 1975.

As atividades trigo, soja e arroz são tomadas como indicadores de elevado nível médio de capitalização. O cultivo do milho, atividade típica da lavoura colonial, caracteriza, para o período considerado, uma situação de baixo progresso técnico e ausência da acumulação de capital. As pastagens representam fundamentalmente a bovinocultura extensiva, uma atividade pouco dinâmica. O número de pessoas ocupadas foi tomado como indicador do mercado de trabalho para a capitalização potencial da agricultura.

A escolha das variáveis para a análise de correlação obedeceu à hipótese de que as mudanças na posse da terra estão associadas à capitalização da agricultura. A relação das variáveis é apresentada a seguir, com a numeração (Ci) que aparece na matriz de correlações.

- C<sub>1</sub> - variação das percentagens da área de trigo entre 1967 e 1976;
- C<sub>2</sub> - variação das percentagens da área de soja entre 1967 e 1976;

- $C_3$  - variação das percentagens da área de arroz entre 1967 e 1976;
- $C_4$  - variação das percentagens da área de milho entre 1967 e 1976;
- $C_5$  - variação das percentagens da área de pastagens entre 1967 e 1976;
- $C_6$  - variação percentual do número de tratores entre 1967 e 1976;
- $C_7$  - percentual da área apta para lavoura mecanizada;
- $C_8$  - percentual da área apta para lavoura não mecanizada;
- $C_9$  - percentual da área apta para culturas permanentes e pastagens;
- $C_{10}$  - variação das percentagens do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos entre 1970 e 1975;
- $C_{11}$  - variação das percentagens do número de imóveis de menos de 10 ha;
- $C_{12}$  - variação das percentagens do número de imóveis de 10 a menos de 25 ha;
- $C_{13}$  - variação das percentagens do número de imóveis de 25 a menos de 50 ha;
- $C_{14}$  - variação das percentagens do número de imóveis de 50 a menos de 100 ha;
- $C_{15}$  - variação das percentagens do número de imóveis de 100 a menos de 200 ha;
- $C_{16}$  - variação das percentagens do número de imóveis de 200 a menos de 500 ha;
- $C_{17}$  - variação das percentagens do número de imóveis de 500 ha e mais.

A análise de associação entre as variáveis escolhidas para representar os fatores responsáveis pelas mudanças estruturais e as próprias alterações na posse da terra estão na Tabela 6.

Esta Tabela pode ser dividida em duas partes, sendo a primeira formada pelas correlações das variáveis  $C_1$  a  $C_6$  com  $C_2$  a  $C_{10}$  (parte superior da Tabela) e a segunda pelas correlações de  $C_1$  a  $C_6$  com  $C_{11}$  a  $C_{17}$  (parte inferior da Tabela).

A primeira parte da Tabela evidencia a existência de uma semelhança acentuada entre trigo e soja, ( $C_1$  e  $C_2$ ), nas variações de suas áreas relativas dentro das microrregiões ( $r = 0,843$ ). Também indica uma penetração dessas culturas nas áreas mecanizadas de milho e pastagens, ( $C_4$  e  $C_5$ ): as variações relativas das áreas de trigo e soja têm correla-

TABELA 6. Matriz de correlação entre as variáveis C<sub>1</sub> a C<sub>17</sub>.

	C <sub>1</sub>	C <sub>2</sub>	C <sub>3</sub>	C <sub>4</sub>	C <sub>5</sub>	C <sub>6</sub>
C <sub>2</sub>	0,843					
C <sub>3</sub>	-0,265	-0,317				
C <sub>4</sub>	-0,538	-0,567	0,197			
C <sub>5</sub>	-0,719	-0,827	0,297	0,328		
C <sub>6</sub>	0,187	0,350	-0,173	0,083	-0,126	
C <sub>7</sub>	0,634	0,502	-0,099	-0,441	-0,536	
C <sub>8</sub>	0,125	0,369	-0,122	0,044	-0,261	-0,212
C <sub>9</sub>	-0,658	-0,587	0,092	0,415	0,537	-0,929
C <sub>10</sub>	-0,088	-0,017	0,748	0,040	-0,069	0,086
C <sub>11</sub>	-0,307	-0,243	0,098	-0,190	0,297	-0,003
C <sub>12</sub>	-0,525	-0,720	0,283	0,472	0,561	-0,260
C <sub>13</sub>	0,615	0,813	-0,257	-0,291	-0,626	0,193
C <sub>14</sub>	0,327	0,188	0,074	0,015	-0,335	0,137
C <sub>15</sub>	0,485	0,431	-0,315	-0,066	-0,523	0,154
C <sub>16</sub>	0,329	0,444	-0,482	-0,167	-0,682	0,192
C <sub>17</sub>	0,294	0,469	-0,558	-0,361	-0,311	-0,001

Fonte: Dados da pesquisa.

ção negativa com as variações nas áreas relativas de milho ( $r = -0,538$  e  $-0,567$ ) e pastagens ( $r = -0,719$  e  $-0,827$ ) e correlação positiva com o percentual de área mecanizável (C<sub>7</sub>), ( $r = 0,634$  e  $0,502$ ); esta área mecanizável, por sua vez, está correlacionada negativamente com as variações relativas das áreas de milho e pastagem ( $r = -0,441$  e  $-0,536$ ). Portanto, trigo e soja competem com milho e pastagens por área e, no caso de áreas mecanizáveis, as últimas atividades cederam espaço para as primeiras.

A parte superior da Tabela ainda evidencia o efeito pouco expressivo da expansão de trigo e soja sobre absorção adicional de mão-de-obra ( $r = -0,088$  e  $-0,017$ ), enquanto a expansão da área relativa de arroz, C<sub>3</sub>, está associada à absorção de mais mão-de-obra ( $r = 0,748$ ).

A segunda parte da matriz mostra como as variações na posse da terra dentro das diversas classes de área se correlacionam com as variáveis indicativas de capitalização da agricultura.

Entre as lavouras empresariais foram as culturas de trigo e soja as que maior associação apresentam com as mudanças na posse da terra, alcançando os coeficientes de correlação de valores absolutos elevados. Observando-se, porém, que a correlação é negativa com os imóveis de até 25 ha e positiva a partir deste estrato, destaca-se a associação entre



a expansão dessa atividade e o reforço dos imóveis entre 25 ha e 50 ha. Este fato está a indicar que a escala mínima onde é possível desenvolver o binômio trigo-soja se situa na faixa de tamanho citado.

Com relação ao arroz, a análise de correlação não mostrou associação significativa com mudanças estruturais. Os únicos valores dos coeficientes que merecem registro são os que revelam correlação negativa entre o aumento da área desta lavoura e a variação dos imóveis de mais 200 ha (correlação de  $C_3$  com  $C_{16}$  e  $C_{17}$ ). Como a lavoura de arroz irrigado se implantou em imóveis médios e grandes, e, ainda, por ser uma atividade de alta rentabilidade e segurança, não se justifica teoricamente a correlação negativa encontrada. Os altos valores dos coeficientes de correlação devem-se mais provavelmente à coincidência da expansão dessa atividade em região onde grandes imóveis vêm sendo partilhados, por herança ou venda.

Quanto à lavoura de milho, que apresenta alta correlação negativa com a cultura da soja (- 0,567), sua expansão está associada positivamente com a variação dos pequenos imóveis rurais (correlação de  $C_4$  com  $C_{12}$ ). Esta lavoura sempre participa de um sistema de policultura, associado inclusive com a produção pecuária, o que possibilita um maior emprego da mão-de-obra familiar e dá maior segurança para os pequenos produtores no que tange à manutenção de sua família. De outro lado, esta lavoura colonial é realizada principalmente com tecnologia mais branda, já tendo sido substituída, na maior parte das áreas mecanizáveis, pela cultura da soja. Ela tende, portanto, a permanecer e, em alguns casos, se expandir em áreas de menor aptidão agrícola, onde, espera-se, ficarão confinadas as pequenas unidades de características coloniais.

A área de pastagem está fundamentalmente associada às formas mais antigas de ocupação do território que privilegiaram a criação de grandes propriedades. Quando, recentemente, se processou a capitalização da agricultura dessas regiões através da substituição de áreas de pastagens ( $C_5$ ) por lavoura de soja ( $C_2$ ), ela ocorreu dentro das médias e grandes propriedades. A matriz de correlação entre as duas variáveis revela este fato, registrando, o coeficiente calculado, um valor igual a - 0,827.

O aumento da área de pastagens somente poderia significar uma alternativa econômica para pequenos imóveis rurais em áreas próximas a grandes centros urbanos onde se localizam bacias leiteiras (correlação positiva de  $C_5$  com  $C_{12}$ ). Nestes casos, pode o aumento da atividade representar fator de reforço para pequenos imóveis. Pode, portanto,

ter sido o crescimento da pecuária leiteira um dos elementos que contribuiu para o aumento da área ocupada pelos imóveis entre 10 e 25 ha nas microrregiões 02, 04 e 06.

De outro lado, a correlação negativa com coeficientes relativamente altos entre a variação da área de pastagens ( $C_5$ ) e a variação da área dos imóveis de 100 a 500 ha ( $C_{15}$  e  $C_{16}$ ) sugere que a rentabilidade da pecuária extensiva não consegue competir com lavouras em termos de uso do solo. A substituição parece ocorrer com as atividades de maior densidade econômica, provavelmente lavoura de soja, que, conforme foi analisado anteriormente, apresenta uma alta correlação negativa com a bovinocultura.

Há evidências, portanto, de que as mudanças ocorridas no período recente, na distribuição da posse da terra, estão relacionados com variáveis econômicas, pois a ação do Estado, no que se refere a uma política fundiária, somente se fez sentir de forma expressiva na etapa da formação da propriedade. Atualmente, esta atuação se resume no impedimento da subdivisão dos imóveis em fração mínima, com o objetivo de evitar a proliferação de minifúndios. A medida legal forçou, nas pequenas propriedades, o surgimento de condomínios, mascarando nas estatísticas oficiais uma verdadeira pulverização de pequenas unidades de produção que ali aparecem integradas em um único imóvel de dimensão mais expressiva. Minimiza-se, assim, também, a desagregação ou eliminação de pequenas unidades de produção, pois o abandono da terra por alguns dos condôminos não é registrado como alteração na estrutura fundiária.

#### RESUMO E CONCLUSÕES

A forma pela qual foi ocupado o território do Rio Grande do Sul, e a dinâmica que comandou o progresso econômico no campo, foram, provavelmente, os fatores mais decisivos na determinação de estrutura fundiária atual do Estado.

A influência da forma de ocupação foi marcante, mantendo-se até hoje uma alta concentração de propriedade de terra. Distinguem-se, no processo original de ocupação, formas de distribuição de terras pelo regime das sesmarias, da forma de ocupação por meio de lotes coloniais. Como conseqüência desse duplo processo, configurou-se, ao término da ocupação do território, uma estrutura agrária com contornos bem definidos: nas áreas originalmente cobertas de pastagem, as grandes propriedades pecuárias; e nas demais áreas, acidentadas e de cobertura nativa

florestal, o desenvolvimento da pequena propriedade colonial.

A influência do fator histórico também se fez sentir nas mudanças ocorridas em período recente, quando a modernização tecnológica e a capitalização da agricultura assumiram importância decisiva nas alterações estruturais: as propriedades de dimensões médias e grandes, com condições favoráveis para mecanização, apresentaram vantagens comparativas às demais na absorção e incorporação dos progressos tecnológicos que estavam sendo estimulados pela política econômica. Com isso a capitalização e a modernização tecnológica da agricultura provocaram modificações estruturais caracterizadas pela tendência da eliminação de pequenas propriedades e também de algumas propriedades grandes.

A explicação da tendência de eliminação da pequena propriedade parece ser a seguinte: a capitalização penetrou nas propriedades pequenas e médias, que tinham condições apropriadas para mecanização. Em muitos casos, o progresso técnico introduzido nessas unidades superou a capacidade de suporte econômico dada pela superfície dos imóveis, gerando uma combinação inadequada dos fatores de produção com excesso do capital de exploração. Isto tornou a situação desses estabelecimentos instável: ou a propriedade conseguiu se consolidar pela obtenção de mais área (comprada ou arrendada), ou teve comprometida a sua existência, dados os elevados compromissos financeiros decorrentes dos financiamentos necessários para a modernização do sistema produtivo. Pequenos agricultores que conseguiram acumular capital em período de uma conjuntura internacional favorável para o mercado da soja investiram em compra de terra e deslocaram outros pequenos proprietários que não conseguiram integrar-se no novo processo de produção.

Dessa forma, a competição pela terra atua no sentido de eliminar ou deslocar parte das unidades economicamente em desvantagem.

A análise das mudanças na apropriação da terra no período recente revelou que a eliminação da pequena propriedade ocorreu especialmente nas regiões onde mais se modernizou a agricultura. Ao contrário, nas regiões onde predomina a pecuária extensiva, a pequena propriedade não apresentou redução. Motivo: para esta atividade, a incorporação de pequenas áreas não resulta em vantagens de escala. Além disso, sua permanência nas proximidades do latifúndio pastoril assegura a este último uma oferta de mão-de-obra que obtém parte de sua manutenção nas pequenas áreas que cultiva, barateando, inclusive, o seu custo de produção.

Se, do ponto de vista do progresso técnico, as mudanças estruturais apresentam uma tendência positiva, sob o ponto de vista social apresentam um elevado ônus, dada a impossibilidade de os agricultores afastados de suas atividades produtivas serem, em sua totalida-

de, absorvidos em outros setores.

O reconhecimento, na atualidade, desta problemática, aumentou, entre os agricultores despojados da terra e com pouca terra, o espírito de resistência à marginalização. Multiplicou-se, então, o movimento a favor da realização de uma reforma agrária que lhes assegure de modo permanente o acesso a este meio de produção fundamental na agricultura: a terra.

### REFERÊNCIAS

- BERNARDES, N. Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. Separata do **Boletim Geográfico**, IBGE. Rio de Janeiro (171) nov./dez. 1962 (172) jan./fev. 1963. 63p.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro. 1970.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro. 1975.
- GUIMARÃES, A.P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1968. p.100-15.
- INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Departamento de Cadastro e Tributação. Brasília, DF. **Estatísticas Cadastrais**, 1967, não publicado. p.06.
- INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Departamento de Cadastro e Tributação. Brasília, DF. **Estatísticas Cadastrais/1**. 1972. Brasília, DF. 1974. p.140.
- INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Departamento de Cadastro e Tributação. Brasília, DF. **Estatísticas Cadastrais**. 1976, não publicado. p.08.
- INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Departamento de Cadastro e Tributação. Brasília, DF. **IICA: RIO GRANDE DO SUL – Governo; Levantamento e avaliação dos recursos naturais, socioeconômicos e institucionais do Rio Grande do Sul**. Brasília, 1973.
- KONZEN, O.G. & RICHTER, H.V. **Estrutura da produção e renda agrícola em diferentes grupos e estabelecimentos rurais no Brasil: subsídios para a política agrícola**. Porto Alegre, 1980. Mimeografado.
- PRADO JUNIOR, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense. 1970. p.94-7.
- RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. **25 anos de Economia gaúcha; a agricultura**. Porto Alegre, 1979.
- R. Econ. rural, Brasília, 21(3): 399-427, jul./set. 1983

SANTOS, C.M. dos. **Distribuição e uso da terra no Rio Grande do Sul no Século XVIII.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8<sup>o</sup>. São Paulo. 1976. Anais... v.2, p.371-90.

SILVA, J.F.G. da. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo. Hucitec. 1978.

SODRÉ, N.W. **Formação histórica do Brasil.** São Paulo, Brasiliense. 1967. p.143.